

---

## O Negro na Produção Editorial do Rio de Janeiro Oitocentista<sup>1</sup>

Antoniele de Cássia LUCIANO<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### RESUMO

A história do livro enquanto suporte para textos evidencia a existência de agentes intermediários em seu circuito de produção. Funções como as de editor, impressor e tipógrafo se tornam importantes para descrever este sistema após a invenção da imprensa. Neste contexto, o objetivo deste estudo é mostrar papéis ocupados por negros, livres ou escravos, na produção editorial do Rio de Janeiro no século XIX. Tal período foi marcado por grande circulação de homens de cor na cidade e o nascimento das principais tipografias do Império, como a de Paula Brito. A pesquisa teve como base a análise de teses e livros sobre a escravidão e a produção de livros oitocentista. Como o resultado, tem-se uma apresentação da participação de descendentes de africanos em ofícios que lidaram com a palavra.

**PALAVRAS-CHAVE:** produção editorial; negros; história do livro.

### Introdução

A história do livro enquanto suporte para textos – literários ou não – nos mostra que a produção editorial já envolvia desde a época em que os livros eram considerados objetos místicos, entre os séculos XVI e XVII, diversos agentes e intermediários. Em um primeiro momento, a participação de copistas para o nascimento de uma obra evidencia o quanto autores não escrevem livros, mas sim textos (CHARTIER, 1999, p.14).

Estes textos, conforme Darnton (1990), se tornam objetos escritos, manuscritos ou gravados e que, ainda hoje, dependem de suportes – formas materiais ou digitais – para serem moldados às expectativas dos leitores. Isso pode incluir adaptações de textos antigos, capas, ilustrações e formatos que atendam a um determinado nicho, e que precisam, por sua vez, da atuação de profissionais específicos para se tornarem realidade. Neste sentido, é importante atentar também para o papel de editores, resenhistas,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e-mail: [antoneleluciano@gmail.com](mailto:antoneleluciano@gmail.com)

---

ilustradores, impressores, expeditores e livreiros na produção e circulação dos livros após a invenção da imprensa (DARNTON, 1999, p. 120-128).

Ao analisar esses aspectos, é fácil perder de vista as noções deste empreendimento. Ao serem tratados como objetos de estudo, sustenta Darnton, os livros se recusam a ficar confinados em uma única área:

Muitas vezes foram escritos por autores que pertenciam a uma república internacional das letras, compostos por impressores que não trabalhavam em suas línguas maternas, vendidos por livreiros que operavam além das fronteiras nacionais, e lidos num idioma por leitores que falavam uma outra língua (DARTNON, 1999, p.130).

Considerando estes aspectos e pensando no Rio de Janeiro oitocentista, é possível dizer que a produção editorial passou também pelas mãos de negros – livres ou escravos. A escolha deste recorte da história baseia-se no fato de que a presença de negros na capital carioca foi marcante nesse período, como relatam Luna e Klein (2010). Segundo eles, a população considerada de cor, em 1872, era o maior grupo populacional do Império. Dessa forma, seria incoerente acreditar que os mesmos livros que retratam o negro na condição de subalterno e estereotipada sejam um produto alijado do contato com cativos ou descendentes destes (LUNA; KLEIN, 2010, p. 91).

Ocorre que, como escrevem Lajolo e Zilberman (1996), em um país de escrita tão recente e história de leitura como prática social tão precária, apenas nas últimas décadas passou se a estudar, de fato, como se deu a produção e circulação dos livros. Essa história, contudo, custa detalhar como foi a participação dos negros, enquanto intermediários, no circuito do livro na sociedade escravista. Não se trata de apontar como era a imagem relatada sobre eles na literatura ou a subjetividade de sua escrita, mas evidenciar como os livros também estiveram relacionados ao trabalho dos negros ao longo da evolução da sociedade brasileira. Afinal, o livro “suporte físico de um saber, mas também objetivo industrializado submetido à compra e venda, é parte integrante, essencial, dos mecanismos próprios do capitalismo (LALOJO; ZILBERMAN, 1996. p.61)”.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo mostrar como são os registros envolvendo o livro enquanto suporte e a atuação dos negros em sua produção, no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Isso é apresentado a partir do destaque para o trabalho destas pessoas nas funções de editor, livreiro, tipógrafo, batedor, compositor e impressor. Compreende-se, desta forma, que identificar que funções os negros ocuparam nesse empreendimento é importante para resgatar a representatividade e contribuição deste

---

povo na área editorial, cultural e literária de um Brasil composto, em grande parte, por esta etnia. Além disso, salientar o trabalho dos negros nesta área também tende a desmistificar o imaginário de que povos de origem africana eram empregados apenas em atividades econômicas em fazendas e engenhos do país, ou ainda, de que não eram capazes de ser produtores de objetos culturais.

A partir desta premissa, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa documental em teses e livros sobre o funcionamento da escravidão urbana, o papel das pessoas livres de cor no Brasil e a produção e circulação de livros no século em questão.

### **Escravos entre ofícios urbanos: batedores e compositores**

Quando as terras brasileiras começaram a ser colonizadas, após 1500, a escravidão humana já era um elemento bastante conhecido por outras sociedades mundo afora, a exemplo do Império Romano. Essa noção de escravismo – empregada em atividades de produção de alimentos e agrícolas, além de ofícios urbanos - foi trazida por portugueses ao Novo Mundo através do tráfico direto de cativos da África. Tratavam-se de escravos não cristãos nem falantes de línguas românticas, chamados de *boçais* pelo colonizador. Eles passaram a ser parte permanente da população brasileira (LUNA; KLEIN, 2010, p. 19).

Em um primeiro momento, esses povos foram empregados em atividades agrícolas. Isso, conforme relatam Luna e Klein (2010, p. 22), “marcou o início de uma economia de *plantation* nas Américas, que tanto influenciaria os acontecimentos no hemisfério pelos quatro séculos seguintes”. Mais tarde, franceses, espanhóis e ingleses adotariam também o mesmo regime que Portugal colocou em prática na América. De acordo com os registros históricos trabalhados pelos autores citados, cerca de 4,9 milhões de negros foram obrigados a migrar para a costa brasileira entre os séculos XVI e XIX.

Um dos motivos para a escolha dos africanos como cativos estaria no menor custo que eles apresentavam em relação a escravos não africanos - situação ligada à abertura do transporte por via aquática para mercados subsaarianos, à ascensão do Império Otomano no leste do Mediterrâneo e à consolidação de um Estado marroquino independente da África setentrional, que fecharam ou encareceram, as fontes antigas de cativos destas regiões. Em meados do século XVI, os escravos africanos já tinham substituído a maioria dos grupos étnicos e religiosos nos mercados de compradores europeus (LUNA; KLEIN, 2010, p.23).

---

Neste contexto, a principal atividade econômica em que os negros foram empregados ao chegarem ao Brasil se deu em engenhos de cana-de-açúcar. Até que, a partir do século XVIII, houve a ascensão da mineração em Minas Gerais, o que levou milhares de escravos a atuarem em minas de regiões auríferas. Havia ainda a participação dos negros em atividades de produção de algodão, beneficiamento de alimentos e agricultura, em especial nas fazendas cafeeiras do século XIX – espaços que mais empregaram escravos antes da abolição, e em localidades urbanas, atuando em construções, tecelagens, entre outros ambientes (LUNA; KLEIN, 2010, p.109-118).

É a partir deste aspecto que Luna e Klein (2010) chamam atenção para as diferentes possibilidades de escravidão urbana no Brasil. Além das formas clássicas ocorridas principalmente na zona rural, com posse direta do escravo vivendo na propriedade de seu senhor e do aluguel do cativo a terceiros, havia ainda os chamados escravos de ganho. Estes cativos, como explicam Roncolato et. al (2017), eram deixados a ganho pelos seus proprietários, no caso de não terem alguma função direta a exercer para os senhores. Surgem então “bicos” como carregadores, vendedores, artesãos, amas de leite e passadeiras. O dinheiro obtido pelos escravos nestas atividades deveria ser suficiente para assegurar uma quantia fixa a ser entregue ao dono deles e ainda garantir sua própria moradia (BATISTA, 2016, p.10).

Assim, é ao falar de ofícios urbanos que é possível ver exemplos da atuação dos negros em atividades próximas à produção editorial. Fontes como jornais da época e inventários *post-mortem* de donos de tipografias mostram que negros foram empregados largamente nestes estabelecimentos da Corte. Ao escrever sua tese de doutorado, o historiador Rodrigo Camargo de Godoi (2014) reuniu dados pinçados em diferentes arquivos a respeito do primeiro editor do Império, o filho e neto de escravos libertos Francisco de Paula Brito (1809-1861), e aponta casos em que o próprio editor empregava em sua tipografia homens de cor – livres e escravos, na condição de alugados.

Um destes cativos seria o crioulo Francisco, fugido de seu senhor João José de Mattos, em agosto de 1858. Segundo o anúncio de sua fuga no *Jornal do Commercio*, Francisco era astuto, conhecido por toda a cidade, bem vestido e calçado. Quando desapareceu, o escravo vendia peixes na rua. Antes, porém, havia trabalhado na Alfândega e como batedor para Francisco de Paula Brito, completava o informe. Batedor era o encarregado de distribuir tintas em formas usadas nas impressões (GODOI, 2014, p.109).

---

Outro escravo que também passou por uma tipografia fluminense foi Antônio, com idade entre 20 e 21 anos. A notícia que remete à sua ocupação também está relacionada à fuga do cativo, em novembro de 1931. Conforme Godoi (2014, p. 110), o anúncio dizia apenas que Antônio era oficial de tipografia, sem especificar o tipo de trabalho que desempenhavam nem onde isso ocorria. Caso o escravo fosse um compositor tipográfico, era bem provável que soubesse ler e escrever como o crioulo do coronel Antônio da Costa Barros, morador do Valongo, e evadido um ano antes.

Reincidente em fugas, o cativo que se dizia forro e atribuía a si mesmo o nome de Mascarenhas, era descrito no anúncio que o coronel Barros publicou no *Correio Mercantil* como “de estatura baixa, magro, feições miúdas, e muito bem falante, sabe ler, escrever e contar bem”. Mas escravos letrados, como o dito Mascarenhas, podem ser considerados uma ilha num mar de analfabetos, empregando uma expressão de José Murilo de Carvalho (GODOI, p.2014, p.114).

Considerando essa situação em relação ao letramento dos negros, era comum que a ocupação de escravos em oficinas girasse em torno das funções de impressor e batedor. Isso porque, diferente do trabalho de compositores ou revisores de tipografia, essas eram funções consideradas pesadas e sem a necessidade de qualquer tipo de especialização anterior. Assim, acrescenta Godoi (2014), era a condição de Theodoro, negro nascido escravo e que foi aprendiz de impressor, sem ter sido antes alfabetizado. Depois de se envolver na morte de outro cativo em 1862, ele foi submetido a interrogatórios e, à Justiça, respondeu “chamar-se Theodoro, escravo a (sic) Junius Villeneuve e Cia, crioulo, filho do Rio de Janeiro, que não sabe a sua idade, *impressor, não sabe ler nem escrever*, morador da Rua do Ouvidor, n. 55 (GODOI, 2014, p. 115)”.

De acordo com o autor, seis escravos moveram a primeira impressora Alauzet usada no *Jornal do Commercio*. Dois destes cativos eram compositores – função que exigia o domínio da leitura e da escrita da língua portuguesa. Desta mesma forma, existia pelo menos um compositor escravo entre os fundadores da Associação Tipográfica Fluminense, um grêmio de resistência dos tipógrafos no Rio de Janeiro.

Além disso, outra informação compilada nos registros buscados por Godoi em relatos de viagem do norte-americano Thomas Ewbank mostra que, em 1846, escravos africanos foram empregados como impressores no maior estabelecimento de litografia do país na época, a Heaton & Rensburg. Na ocasião, Ewbank narrou o espanto de Mr. Heaton ao ter conhecimento sobre as diferenças salariais que existiam entre escravos e homens

livros no mesmo ofício, em seu país de origem. O emprego de cativos em ramos industriais do Império, como os empreendimentos tipográficos, se mostrava um negócio vantajoso para seus proprietários:

Nos Estados Unidos um impressor litográfico recebia de dez a quinze dólares semanais, ao que prontamente ouviu do proprietário da oficina que “um mil réis (50 centavos [de dólar]) é aqui um bom salário e os escravos não nos custam nem um quarto disso” (GODOI, p. 2014, p.116).

Segundo Godoi, era comum que os arranjos de trabalho na área urbana envolvessem homens de cor cativos e livres. Sobre estes últimos, a historiadora Beatriz Mamigonian (2002) relata que africanos livres enviados para a Casa de Correção, a primeira prisão com trabalho no Rio de Janeiro, em 1850, podem ainda ter aprendido o trabalho de encadernação na oficina da instituição. Uma vez emancipados, é possível que eles tenham sido aproveitados depois em oficinas tipográficas da cidade, como a de Paula Brito (GODOI, 2014, p. 123).

### **Paula Brito: “O primeiro editor que houve entre nós”**

Figura importante da história do livro no Brasil, como evidencia Laurence Hallewel (1985), Francisco de Paula Brito é um personagem negro que ousou no mercado editorial do século XIX – época em que a maior parte das empresas no país pertencia a estrangeiros – e que ganhou notoriedade na historiografia no Brasil a partir de estudos machadianos. Tal fato se justifica pelo motivo dele ter sido o primeiro patrão de Machado de Assis e publicado seus primeiros versos em jornais.

Neste contexto, em 1865, em publicação no periódico O Diário do Rio de Janeiro, o pupilo Machado de Assis definia o fluminense como o “primeiro editor digno desse nome que houve entre nós”. Isso é compreensível se pensarmos em um Rio de Janeiro ainda primitivo em aspectos de infraestrutura e cultura. Foi neste ambiente que Paula Brito soube reunir em um só profissional funções que ultrapassavam as características de um impressor: editou e distribuiu jornais, guias, óperas e obras literárias nacionais por meio de folhetins e edições de livros impressas em sua tipografia. Também mostrou ter capacidade de articulação política e empreendedora para arriscar inovações e publicações em um Brasil oitocentista e de maioria analfabeta (HALLEWELL, 1985, p. 79-82).

Filho e neto de escravos libertos e alfabetizados ainda no século XVIII, Paula Brito nasceu em 1809 e aprendeu a ler e a escrever com uma das irmãs. O ofício de

tipógrafo, a língua francesa e aspectos da cultura europeia foram aprendidos, por sua vez, no fim de sua adolescência, com seus primeiros empregadores no ramo - o livreiro e impressor René Ogier (Typografia Nacional) e Pierre Plancher (Jornal do Commercio), ambos franceses. Foi justamente no Jornal do Commercio, fundado em 1827, que o fluminense juntou parte das economias necessárias para a compra, mais adiante, em 1831, de uma livraria que pertencia ao primo Silvino José de Almeida Brito. O estabelecimento, como os demais na época, vendia muito mais do que periódicos ou livros. Havia desde chá a escovas de unha e charutos cubanos, o que mostra as estratégias de sobrevivência dos comerciantes da área. Outra alternativa eram as encadernações (HALLEWELL, 1985, p. 83).

Hallewell (1985) cita que, ao criar a própria tipografia - Typographia Fluminense de Brito e Cia., cujo sócio seguia desconhecido do público, Paula Brito passou a imprimir títulos de diferentes facções políticas e favoráveis, inclusive, ao movimento negro. Era o caso do periódico Homem de Cor (1833), que criticava a ausência de negros em cargos públicos. O negócio era pequeno, tanto que ainda não aparecia nos almanaques de tipografias, mas foi capaz de originar um dos clubes informais de cultura mais famosos da época, a Sociedade Petalógica. A sociedade era frequentada por políticos, escritores, médicos, jornalistas e advogados, entre outros.

Ao longo do trabalho como editor, Paula Brito dissolveu a primeira tipografia e empreendeu em novos estabelecimentos, até abrir a famosa Dous de Dezembro, empreendimento que reunia as melhores máquinas de impressão de 1850 em quatro imóveis. Essa ascensão de Paula Brito mostrou um afastamento dele cada vez maior do cativo que seus ancestrais viveram e a disposição para trazer consigo outros negros que desejavam atuar na área editorial (GODOI, 2014, p. 91).

Neste sentido, é importante lembrar que Paula Brito foi incentivador da literatura brasileira ao apostar em uma literatura feita para brasileiros e com DNA brasileiro. Ele fez isso através da prática de comprar manuscritos de autores e publicá-los, em forma de romance ou folhetins – destaque para obra de Joaquim Manuel de Macedo, com A Moreninha (1844) - ainda não era comum no Brasil. Esse apoio a literatos nacionais e então de exclusividade de sua tipografia foi a forma encontrada por Paula Brito para concorrer com editores que publicavam livros estrangeiros – obras que, por sua vez, também dependiam de direitos para tradução (GODOI, 2014, p. 104).



---

Pela primeira vez, autores nacionais, fossem eles poetas ou romancistas, poderiam almejar serem publicados e pagos por isso. Se em alguns casos Paula Brito publicava obras apenas após o pagamento das expensas (como ocorreu com Casimiro de Abreu), em outros, assumia deliberadamente o risco pelo financiamento e publicação de originais (GODOI, 2014, p. 232). Teve, como Hallewell (1985) chamou, autores protegidos por ele enquanto editor, caso de Machado de Assis e Teixeira e Sousa – também negros.

Interessante lembrar que, mesmo sendo o tipógrafo negro que liderou uma das principais editoras do Império ainda nos tempos da escravidão e foi capaz de estabelecer alianças com diferentes grupos políticos, Paula Brito não esteve livre do preconceito em relação à cor de sua pele. Ainda que ele tenha ascendido socialmente, a discriminação racial era, como relata Godoi (2014), parte da experiência cotidiana do então editor. Exemplo disso foi o episódio do Club Fluminense – espécie de “ponto de reunião” inspirado em cortes europeias. De propriedade do empresário Augusto Carlos Gonçalves e Souza, o Club Fluminense causou alvoroço no Rio de Janeiro em 1853, sobretudo por admitir apenas “pessoas educadas e polidas da sociedade”.

Paula Brito não foi aceito entre os sócios do clube e isso chegou a render críticas na imprensa da época: a causa seria a cor do empreendedor. Em 1853, Paula Brito era um homem de cor, mas já não era mais um homem de cor comum:

(...) é difícil dimensionar o impacto da recusa do Club Fluminense sobre Paula Brito. Ainda que ele vivesse “todo metido com os brancos”, sendo uma personalidade conhecida e reconhecida dos meios político e literário da Corte, vez por outra homens como o Sr. Augusto Carlos lembravam a Paula Brito, Rufina e suas filhas, já moças de 18 e 15 anos, o peso da ascendência escrava da família (GODOI, 2014, p.151).

Apesar do sucesso como editor moderno, Paula Brito enfrentou ainda uma crise financeira nos negócios em seus últimos anos de vida. Quando faleceu, em 1861, foi a esposa Rufina quem assumiu o trabalho na tipografia deixada por ele.

Por certo ela conhecia os meandros tanto da oficina quanto da livraria, desempenhando ao lado do marido um papel que as fontes escondiam até a morte deste. Seja como for, agora Rufina dispunha de um estoque considerável de livros, além do maquinário em bom estado. Restava, portanto, renegociar os aluguéis e salários atrasados e novamente fazer ranger os prelos (GODOI, 2014, p. 267).

Em meio aos revezes que enfrentou, Rufina seguiu editando e publicando livros até 1875, porém em quantidade de títulos e de exemplares pouco expressivas se



---

comparadas às tiragens durante a atuação de Paula Brito. Faleceu 18 anos após a morte do marido, em 1879 (GODOI, 2014, p. 272).

### **Um tipógrafo que desbravou o caminho dos romancistas**

Hallewell (1985) destaca na obra “O livro no Brasil: sua história” a disposição de Paula Brito em auxiliar jovens de cor e origem pobre, semelhante a que ele teve um dia. Um destes jovens foi Antônio Gonçalves Teixeira e Souza (1812-1861), com quem travou duas décadas de amizade ao longo da vida e também uma curta sociedade.

Primeira aposta literária de Paula Brito, Teixeira e Souza era natural de Cabo Frio e se estabeleceu de vez na cidade do Rio de Janeiro em 1840 após sentir necessidade de ampliar suas leituras e buscar novos aprendizados. Foi o editor quem lhe ofereceu trabalho (HALLEWELL, 1985, p.89). Como descreve Vanderléia da Silva Oliveira, “tão humilde quanto ele e também mulato, Paula Brito ‘abriu as portas’ para que o autor começasse a publicar os primeiros textos e convivesse com os ‘literatos’ da época (OLIVEIRA, 2002, p.23)”.

A carreira de Teixeira e Souza foi iniciada então na loja de livros de Paula Brito. Ali, ele oferecia a quem visitasse o estabelecimento a possibilidade de ver a parte de seus textos. As novas amizades lhe davam conselhos e o ajudavam a corrigir os primeiros ensaios. Algumas das publicações foram feitas pelas mãos do amigo na própria tipografia. Na oficina de Paula Brito, segundo Oliveira (2002), o trabalho de Teixeira e Souza como tipógrafo chamava atenção pelo fato de não ser afetado por fatores externos durante o expediente. Ele “compunha no meio de interrupções de toda a casta, da conversa dos amigos e da exigência dos que os procuram, para objeto de negócio, por detrás do balcão (OLIVEIRA, 2002, p. 24).” Tal esforço concorreu para que o escritor fosse ao longo de sua vida “tipógrafo, caixeiro, revisor de provas, guarda da alfândega, editor, mestre-escola e por fim escrivão do Foro. Mas sobretudo foi, com mal empregada e malograda vocação, homem de letras (VERÍSSIMO, 1998, p. 101).”

Neste contexto, foi no ano de 1843 que Teixeira e Souza publicou seu primeiro romance – O Filho do Pescador, pela Tipografia Imparcial, do amigo e patrão Paula Brito. A obra foi entregue aos leitores primeiro no formato de folhetim e, depois, em um livro impresso. Este trabalho, observa Godoi (2014), foi precursor no caminho que outros romances fizeram ao passar pelas mãos de Paula Brito, editor atento às preferências do

---

mercado. A publicação em folhetim se tornou uma espécie de termômetro sobre o que funcionava entre os leitores.

Romances como o de Teixeira e Souza, oriundos de autores nacionais e exclusivos, eram uma estratégia da tipografia de Paula Brito para concorrer com editores que publicavam obras estrangeiras. Ao falecer, em 1861, o literato atuava como escrivão (GODOI, 2014, p. 101).

### **O fundador da Academia Brasileira de Letras entre operários**

É possível que intelectuais negros que se tornaram posteriormente grandes nomes literatura nacional também tenham passado por etapas da produção editorial no Rio de Janeiro oitocentista. Apesar da escassez de documentos sobre isso, há, ao menos, um caso de notoriedade, o do escritor e fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL) Machado de Assis (1839-1908), já citado brevemente na seção sobre Paula Brito.

Machado de Assis teve uma trajetória nas letras que o aproxima de muitos outros descendentes de africanos, como nos mostra Ana Flávia Magalhães Pinto (2014) em sua tese sobre a literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Segundo a autora, conforme crescia, Machado expandia sua curiosidade sobre pessoas e lugares por onde circulava, o que incluía o Gabinete Português de Leitura, uma das poucas bibliotecas existentes. Isso o levou a conhecer Paula Brito, “para cuja loja eram atraídos figurões e aspirantes do mundo das letras e da política, sobretudo por ocasião das reuniões da Sociedade Petalógica, na região do Largo do Rocio, atual Praça Tirantes (PINTO, 2014, p. 113)”.

Ainda de acordo com os estudos de Ana Flávia, a juventude e a promessa de talento que Machado demonstrava ser fizeram com que ele também caísse nas graças do editor. O então padrinho negro o empregou como revisor de provas na Tipografia Dous de Dezembro e foi o primeiro a publicar seus textos. O primeiro deles foi o poema “Ela”, na Marmota Fluminense, em 12 de janeiro de 1855. O autor, nessa época, contava com apenas 16 anos de idade.

O literato também chegou a trabalhar na Tipografia Nacional, surgida no Rio de Janeiro para substituir a então Imprensa Régia, a responsável pela emissão de documentos do Império, de 1856 a 1858. Aprendiz de tipógrafo, Machado foi protegido ainda pelo escritor Manuel Antônio de Almeida, o autor do livro Memórias de um Sargento de

---

Milícias (1854). O escritor o incentivou a seguir a carreira literária, o que Machado atendeu com empenho (PINTO, 2014, p.114-124).

### **Considerações finais**

Baseando-se na ideia do livro enquanto suporte material para textos, buscou-se evidenciar, a partir da historiografia apresentada por este estudo, a participação dos negros, fossem eles escravos ou livres, na produção editorial do Rio de Janeiro durante o século XIX. Essa produção envolveu também, em certa medida, a publicação de jornais e estratégias editoriais pioneiras para ganhar espaço no mercado, como as empregadas por Paulo Brito em sua busca por uma literatura com DNA brasileiro. Também foram visitadas figuras pouco familiares na história da literatura, como a de tipógrafo, impressor, revisor, batedor e livreiro.

A partir do movimento feito por Paula Brito enquanto editor e escritores que também atuaram como “intermediários esquecidos” no “circuito da comunicação” (DARNTON, 1990), observa-se uma trajetória semelhante entre descendentes de africanos envolvidos com a produção editorial no período e região em tela. É possível perceber como homens de cor passaram por diferentes etapas da produção de impressos e como esse trabalho, em alguns casos, foi primordial para que estabelecessem parcerias que possibilitassem, mais adiante, sua atuação como literatos nacionais.

Neste sentido, este artigo evidencia a importância da pesquisa de aspectos históricos ligados à presença dos negros no Brasil como forma de contribuir para os estudos da história do livro no país. Desde os escravos que atuavam como batedores ao jovem poeta Machado de Assis trabalhando como revisor em oficinas de tipografia, tem-se a configuração de sujeitos importantes para ressignificar a história cultural da literatura livresca e da própria imprensa. Estes sujeitos são homens e mulheres em todas as atividades em contato com as palavras e que, por vezes, historiadores preferiram deixar a análise de suas funções a cargo de antropólogos (DARNTON, 1990).

Assim, não seria justo apagar do sistema da história do livro os agentes que produziram e distribuíram estes materiais. No Brasil, a nação que mais recebeu negros durante os anos de escravidão africana (LUNA; KLEIN, 2010), esse apagamento tem por consequência ocultar a atuação de pessoas de cor em funções importantes em uma área que exerceu papel na construção de uma identidade nacional – a literatura. Portanto, reconhecer a atuação dos negros em processos editoriais também faz parte do resgate da

---

participação dos povos de descendência africana na formação cultural da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Caio da Silva. **Aspectos da escravidão urbana: escravos ao ganho e de aluguel, comércio de cativos e demografia.** In: 6º Conferência Internacional de História Econômica, 2016, São Paulo. Textos das conferências da 6º Conferência Internacional de História Econômica. São Paulo: ABPHE, 2016. p. 1-22.

BARBOSA, Marialva. **Como escrever uma história da imprensa?** In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFRGS, 2004, p. 1-11. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Como%20escrever%20uma%20historia%20da%20imprensa.doc>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Tradução: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lammoutte.** Mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861).** 2014. 316 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000938000>>. Acesso em 7 de julho de 2018.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** Tradução: Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1985.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1994.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil.** São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 400p.

---

LYONS, Martin. **Livro: uma história viva**. Tradução: Luiz Carlos Borges. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Vanderléia da Silva. **Teixeira e Sousa e o romance-folhetim: uma leitura de O filho do pescador (1843)**. 2002. 224 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, SP. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/94153>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 350 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281270>>. Acesso em 5 de julho de 2018.

RONCOLATO, Murilo. et al. **Censo de 1872: O retrato do Brasil na escravidão**. Nexo, 2017. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>>. Acesso em 2 de julho de 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.